

Conheça as notas da licenciatura de Miguel Reis

TERÇA FEI ESPRITO DA REACÇÃO E DA REVELAÇÃO

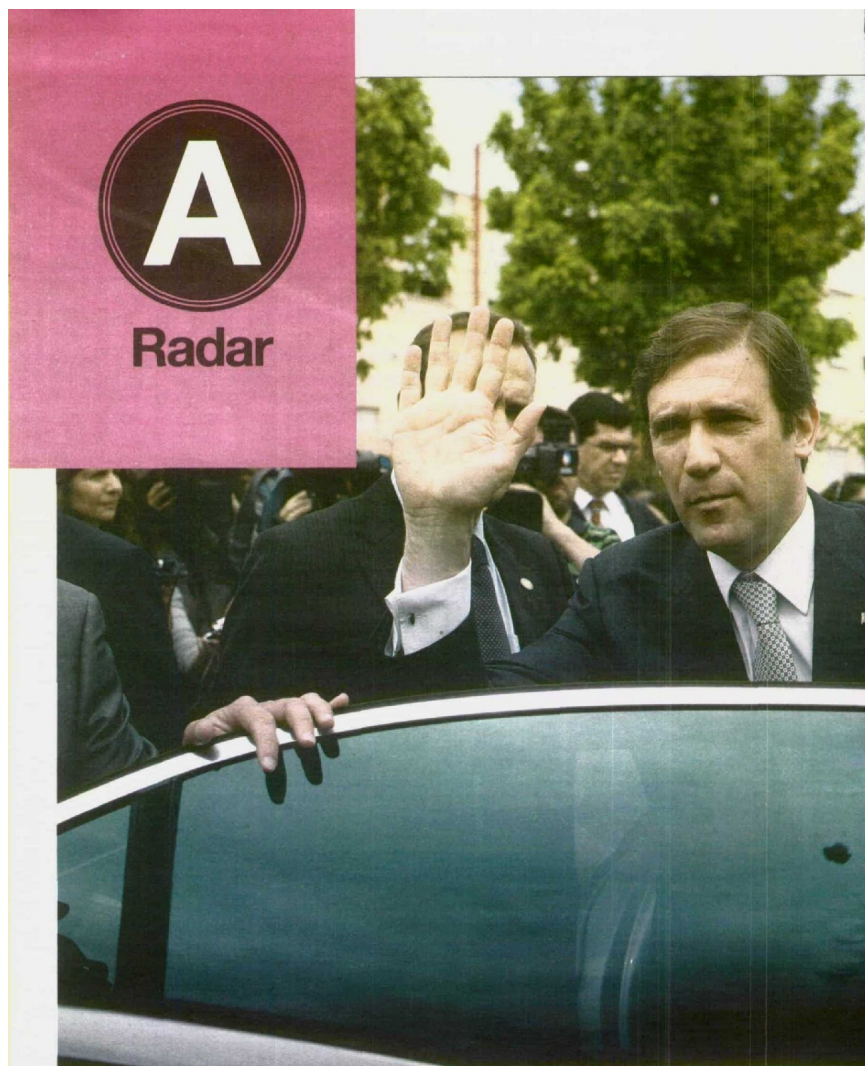
CLASSES SOCIAIS ELITES E LEIS

PASSOS ADMITE QUE A DECISÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL OBRIGA A UM AUMENTO GERAL DE IMPOSTOS EM 2013

SELECIONE O JACKPOT €52.000.000

i	Periodicidade:	Diária	Temática:	Economia
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	907
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/Cor
	Tiragem:	80000	Página (s):	1/2 e 3
06-07-2012				

PASSOS ADMITE QUE A DECISÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL OBRIGA A UM AUMENTO GERAL DE IMPOSTOS EM 2013 // PÁGS. 2-3



Subsídios. Passos garante mais austeridade também para os privados

Constitucional vetou cortes nos subsídios dos funcionários públicos e abriu portas a cortes para todos já em 2013

LILIANA VALENTE

A decisão de inconstitucionalidade dos cortes nos subsídios de Natal e férias para funcionários públicos e pensionistas traz uma garantia, que foi dada logo ontem à noite pelo próprio primeiro-ministro: vem aí mais austeridade e será para todos.

O princípio da "igualdade" levou o Tribunal Constitucional a considerar inconstitucionais os cortes nos subsídios e será em nome

desse princípio que o governo vai avançar com uma medida "equivalente" que "seja alargada a outros portugueses", disse Passos Coelho. Em causa podem estar medidas com o mesmo impacto orçamental (ver ao lado).

O governo tinha previsto que a reposição dos subsídios só seria feita a partir de 2015 e de forma "gradual" consoante o "espaço orçamental", agora a decisão do Constitucional baralha as contas de Vitor Gaspar e obriga-o a pensar numa solução a apresentar até Outubro, quando discutir o Orçamento do Estado para

2013. O governo, apanhado de choque pela decisão relâmpago dos juízes, ainda não decidiu qual. Mas ontem Passos deixou a garantia que irá preparar uma medida "alargada a outros portugueses que não sejam pensionistas ou funcionários públicos".

O primeiro-ministro baseava-se no facto de os juízes – depois de um pedido de 13 deputados do PS e do BE de fiscalização sucessiva da medida inscrita no Orçamento do Estado – terem decidido que o corte violava o princípio da igualdade, mas nada referiram quanto aos direitos



O primeiro-ministro reagiu pouco depois de conhecida a decisão do Tribunal Constitucional

EDUARDO MARTINS

adquiridos: "O TC aceita que não haja direitos adquiridos em períodos de grande dificuldade e que [essas pessoas] possam ter de fazer um sacrifício adicional".

E no acórdão dos juizes do TC – que decidiram por maioria com os votos vencidos de três juizes, incluindo o presidente do tribunal, Rui Moura Ramos – argumentam que esta medida viola a Constituição uma vez que o "diferente tratamento a quem auferir remunerações e pensões por verbas públicas ultrapassava os limites da proibição do excesso em termos de igualdade proporcional".

Uma decisão que vai ao encontro do defendido pelo Presidente da República, que criticou a medida dizendo que violava o princípio da equidade fiscal, e dos 13 socialistas que pediram ao Tribunal Constitucional que fiscalizasse o orçamento. "Fez-se justiça, o governo foi imprudente. Não só o fez de forma errada do ponto de vista político, porque este corte está a levar à recessão, como também do ponto de vista jurídico", disse ao i Vitalino Canas, um dos petionários.

A fundamentação dos juizes do Tribunal Constitucional serve as intenções anunciadas por Pas-

os Coelho. Ao invocar unicamente um princípio da igualdade inscrito na Constituição, o acórdão abre portas a que os cortes possam vir a ser executados, em 2013, com uma solução simples: aplicando os cortes a todos. Aí cai por terra o argumento da igualdade. "Se fossem dados mais argumentos, como o princípio da confiança, seria mais difícil que os cortes avançassem no próximo ano. Se o único argumento para a inconstitucionalidade é a igualdade, nada impede que a medida seja revista emendando simplesmente quem é atingido", explicou ao i o constitucionalista Rui Medeiros.

Realçando que não tinha ainda tido acesso ao acórdão, Medeiros sublinha, no entanto, que a decisão é inédita: "As pessoas perguntam: se é inconstitucional porque se mantém em vigor? O tribunal admitiu pela primeira vez que a inconstitucionalidade pode ter efeitos apenas no futuro porque está em causa a execução orçamental de 2012". O constitucionalista dá uma explicação para leigos: "Imagine um médico que tem de curar um doente que tem gripe. Mas que sabe que ao dar o antibiótico o mata. Então não dá logo. Deixa-o de quarentena". Com R. T.

Sobre o acórdão

“A decisão obriga o governo a rever políticas orçamentais já a partir de 2013”

António José Seguro
SECRETÁRIO-GERAL DO PS

“Não é constitucional, mas como a troika exigiu é inconstitucional, mas agora não se aplica. O TC pôs a Constituição entre parêntesis”

Luis Fazenda
LÍDER PARLAMENTAR DO BE

“Não pode esta decisão ser aproveitada no sentido de ampliar este corte do subsídio de férias e do subsídio de Natal a todos os trabalhadores”

Jorge Machado
PCP

“É uma boa notícia para os trabalhadores. Vem pressionar a possibilidade de alargar o período para a redução do défice”

João Proença
SECRETÁRIO-GERAL DA UGT

“Fizeram-nos a vida negra [a direcção do PS], mas, depois desta decisão do Tribunal Constitucional, têm de dar explicações”

José Lello
DEPUTADO SOCIALISTA